

Trabalhar? O Congresso está mais preocupado é com as eleições. 3 AGO 1990

Como sempre ocorre em ano eleitoral, as lideranças governistas e da oposição chegaram, ontem em Brasília, a pelo menos um consenso; até as eleições de outubro próximo, o Congresso entrará em recesso branco, mecanismo em que as suas portas ficam abertas pró-forma, mas não há sessão nem votação, e os parlamentares recebem seus salários sem trabalhar. O acordo de ontem, contudo, recebeu alguns penduricalhos adicionais. Durante três dias da próxima semana — 7 a 9 de agosto — e outros três dias na penúltima semana do mês — de 21 a 23 — haverá um esforço concentrado. Neles, a oposição tentará derrubar o veto presidencial à política de indexação salarial, aprovada antes do recesso de julho pelos parlamentares procurará derrubar a política do governo para salários, mantendo o abono anunciado e ainda só votará os assuntos que forem consenso.

Desse modo, correm o risco de ficar para as atividades do futuro Congresso, que será eleito em outubro, mais de uma centena de leis regulamentares de questões como o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência, o Código de

Defesa do Consumidor, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a taxa de juros. Além disso, deixarão de votar nada menos que 51 vetos presidenciais a decisões deste Congresso e quatro medidas provisórias que, mês a mês, deverão ser reeditadas até perderem efeito real.

Preocupada especialmente com a questão do veto à política salarial, a direção da CUT (Central Única dos Trabalhadores) está orientando os sindicalistas para telefonarem a deputados e senadores solicitando o voto contrário ao veto. A CUT ameaça-os com uma lista — a de parlamentares que votarem com o governo — para divulgação junto ao eleitorado. A listagem também incluirá os nomes dos deputados ausentes no dia 22, quando deverá ser apreciado o veto. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, estará, em Brasília, na próxima semana para comandar a pressão. Também o presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados, Antonio Galdino, já programa atos públicos na Capital Federal em favor da extensão do abono de Cr\$ 3 mil aos aposentados.